

crises do século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 10 • 2010

«Crise» e «crises»
no discurso de Salazar

Luís Reis Torgal

Luís Reis Torgal, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coordenador do Grupo de Investigação “Arquivo da Memória e História do Século XX” do CEIS20. E-mail: lrtorgal@netcabo.pt.

«Os discursos e o discurso de Salazar»

Este foi o título de um ensaio que constituiu inicialmente uma dissertação de mestrado. O seu autor, José Martinho Gaspar, depois de ter digitalizado os discursos de Salazar, procurou captar as suas circunstâncias de tempo e de lugar, as estratégias da sua retórica e as grandes questões que constituíram a essência do seu pensamento ou, melhor, do «pensamento» que queria apresentar ou «representar»¹.

Com efeito, através de uma «retórica de invisibilidade», como o considerou o filósofo José Gil num pequeno mas muito interessante ensaio², Salazar soube administrar as suas palavras e sobretudo os seus silêncios. Deste modo, como temos notado³ e como observou Eduardo Lourenço num texto que consideramos fundamental, Salazar soube criar a aparência de um «fascismo que nunca existiu»⁴, dissimulando sempre – com excepção dos momentos em que Ferro, numa entrevista encenada, equacionou a ligação da sua concepção de Estado à de Mussolini e ao fascismo⁵ – a forma e a matéria da constituição de um Poder de Estado que, como salientou Lourenço e alguns historiadores, se aproximava bastante do modelo italiano⁶. Mas também notou o ensaísta que a eficácia do discurso de Salazar foi de tal forma persuasiva que alguns políticos e jornalistas estrangeiros, mesmo integrando-se na lógica democrática e liberal de antes e de depois da guerra, não deixaram de elogiar o Estado Novo de Salazar. Assim o fizeram autores, revistas e jornais, neste caso como *Le Monde* ou o *Times*⁷.

O «discurso de rigor», mesmo em palavras proferidas em grandes espaços públicos e dirigidas ao «povo», que espontaneamente aparecia ou era recrutado na capital e na província para as grandes «manifestações nacionais», discurso que afirmava sempre transmitir a «verdade», foi, pois, a grande arma política de Salazar e uma das razões fundamentais da sua sobrevivência e da «respeitabilidade» que granjeou no país e no estrangeiro. E esse discurso foi de tal modo trabalhado que, para além das publicações avulsas que conheceu, sob o título «O Pensamento de Salazar»⁸, originou uma colecção de seis volumes (não contendo, na realidade, apenas discursos, mas também notas políticas, entrevistas e artigos), acrescida de outro de *Entrevistas*, concedidas entre 1960 e 1966, a que se chamou no primeiro volume apenas *Discursos* e nos outros cinco

¹ GASPAR, José Martinho – *O discurso e os discursos de Salazar*. Pref. de Luís Reis Torgal. Lisboa: Prefácio, 2001.

² GIL, José – *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio de Água, 1995.

³ Ver o nosso livro *Estados Novos, Estado Novo*. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. Vol. I, parte I.

⁴ LOURENÇO, Eduardo – *O fascismo nunca existiu*. Lisboa: D. Quixote, 1976. Ver sobretudo o artigo «O fascismo que «nunca existiu»», p. 229 ss.

⁵ FERRO, António – *Salazar. O homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 74.

⁶ *O fascismo nunca existiu*, p. 232.

⁷ *Idem*. Ver também, sobre este e outros assuntos, o nosso livro, *Estados Novos, Estado Novo*. Neste caso, vol. I, parte I, cap. VI, pp. 290-291.

⁸ Esses discursos eram publicados pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e, depois, pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI), numa colecção com o título referido, «O Pensamento de Salazar», ou na sua tradução em francês, inglês, etc.

Discursos e Notas Políticas. O próprio Salazar ajudou a preparar esta edição, publicada na Coimbra Editora, de que era sócio, e prefaciou os seus três primeiros volumes⁹.

E o que diz Salazar, logo no primeiro volume, numa nota que chamou, «modestamente», «Para servir de Prefácio»? Relativamente à arte da oratória, ele que lia e admirava o Padre António Vieira, escrevia:

E como trabalharão os oradores?

Há os que improvisam a matéria e a forma; há os que estudam o assunto, pormenorizam e ordenam as ideias, trabalham cuidadosamente os passos fundamentais e de maior responsabilidade e deixam à improvisação do momento vestir e adornar o resto; há os que preparam todo o trabalho – o assunto, a forma, a exposição; e há ainda o quarto grupo dos que estudam em casa e improvisam na tribuna. Este é o mais numeroso. António Cândido não decorava; estudava, compunha de cor os seus discursos e escrevia-os depois de os ter proferido. Deve ser caso raro; a maior parte ou os escrevem antes inteiramente ou fixam apenas os tópicos fundamentais: a estes a influência directa da multidão, a reacção do auditório auxilia-os, quase diria lhes ajuda a fazer o discurso. Pelo que me toca, e desculpando-se-me por instantes o abuso da camaradagem, depois de ter experimentado tudo, escolhi como era de razão o processo mais económico – penso, escrevo e leio.

Obrigado a falar sem os dotes naturais dos oradores, sem essa magnífica consciência da superioridade própria sobre a multidão que dá o sangue frio, o à vontade, a clareza dos raciocínios e a facilidade de expressão do pensamento, não me atreveria em coisas de responsabilidade política a deixar à memória dos jornalistas colaboração no que devesse ser dito. Eles mesmo involuntariamente me curaram das improvisações do começo: era ainda pior que o que eu dizia o que me faziam dizer.¹⁰

O carisma de Salazar resulta, precisamente, deste «discurso de rigor», dito em momentos próprios. Como notámos num livro sobre a Universidade e o Estado Novo¹¹, Salazar, «sempre de negro vestido» (com excepções – apesar de tudo, algumas – que confirmam a regra), assumiu a pose do lente de Coimbra, severo, mas paternal, sério no seu saber e na sua prática. Só em momentos especiais, mas convenientemente estudados e ainda assim frequentes, desejou manifestações de multidão, tal como aconselhavam os políticos da «razão de Estado» do século XVII, que ele com certeza bem conhecia. Como professor e de natureza introvertida, foi mais um homem de gabinete, que entendia ser o segredo e a discrição as razões da força do Poder. Deste modo, de uma trintena de discursos escritos e ditos nos primeiros anos de ministério, desde 1928 a 1936 (até 1932 apenas como ministro das Finanças), só apenas uma dezena foi proferida em espaços públicos e, mesmo assim, nalguns casos, para um

⁹ *Discursos*. Coimbra. Coimbra Editora, 1935. Vol. I.: 1928-1934; *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1938. Vol. II: 1935-1937; *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944. Vol. III: 1938-1943; *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1951. Vol. IV: 1943-1950; *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1959. Vol. V: 1951-1958; *Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1967. Vol. VI: 1959-1966; *Entrevistas. 1960-1966*. Coimbra Editora, 1967.

¹⁰ *Discursos*, Vol. I, pp. XXVII-XXVIII.

¹¹ *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 1999, Cap. I.

auditório restrito. Referimo-nos aos discursos ditos no Coliseu dos Recreios, no Teatro S. Carlos, no Terreiro do Paço, nas ruas de Braga ou de Lisboa, em manifestações de festa do regime ou em paradas militares, ou aos discursos radiodifundidos, prática que se inicia em fins de 1934¹²

Portanto, o que se pode resumir nesta nota introdutória ao artigo que agora apresentamos é que nunca poderemos limitar-nos a interpretar o salazarismo através dos discursos oficiais do «Chefe» – discursos oficiais, publicados oficial ou oficiosamente, avulso ou em antologias e dicionários¹³ –, mas teremos de conjugar esses discursos, onde nem a Propaganda quer assumir a forma de Propaganda, com a legislação, a prática política, as memórias ou a ideologia dos seus correligionários, as suas cartas informais... Sem isso, teremos sempre uma maneira falseada de perceber o Estado Novo, que, na realidade, se caracteriza exactamente pela sua ambiguidade, pela «invisibilidade», pelo «parecer», pelo «sim» e pelo «não», pelo «dito» e pelo «pensado» e pelo «feito». Se não for assim, deixar-nos-emos seduzir, de uma forma directa ou indirecta, pelo salazarismo, sobretudo num tempo de crise da política, por que o mundo passa e por que passa a política portuguesa neste início do século XXI.

O conceito de «crise» e os discursos de Salazar

Falamos constantemente em «crise»¹⁴, como se esse fosse sempre o estado da sociedade. E talvez seja, pois a crise é própria de uma sociedade em movimento e não tanto das sociedades estáveis ou, aparente ou coercivamente, estabilizadas, assim como é própria do ser humano. Se pensarmos que o conceito entrou no vocabulário por via médica, consideraríamos, naturalmente, que o nosso corpo está sempre em crise, em «transição» entre o estado de saúde e o estado de doença, ou vice-versa. O mesmo se passa com as sociedades, com as instituições, com os sistemas políticos, com a cultura, com as finanças ou com a economia.

Etimologicamente «crise» significa «separação» (de *κρίνω*, *kríno*, «separar»), separação de um estado ou de um paradigma, talvez em direcção a outro ou ao mesmo, embora com outra aparência. A «crise» representa, normalmente, um estado de passagem, como sucede com a «crise» do ponto de vista médico.

Ora, será este conceito que vamos analisar nos discursos de Salazar e entender quanto ele é importante na sua ideologia, podendo nós dizer que o «Presidente do Conselho» o utilizou nos mais variados sentidos, aparecendo como justificação para as suas posições a nível financeiro, económico, social ou político, numa dimensão nacional ou internacional.

Sem termos a ideia de que a mera quantificação é o principal argumento para se entender a importância de uma realidade (de resto, a nossa quantificação aparece aqui

¹² Para análise mais desenvolvida deste tema, ver a obra citada de José Martinho Gaspar.

¹³ Por exemplo, SALAZAR, António O. – *Discursos, notas relatórios, teses, artigos e entrevistas, 1909-1955: Antologia*. Lisboa: Editorial Vanguarda, 1955, e D'ASSAC, Jacques Ploncard – *Dictionnaire Politique de Salazar*. Lisboa: SNI, 1964.

¹⁴ O conceito de «crise» foi analisado no plano teórico e prático na obra de CHORÃO, Luís Bigotte – *A crise da República e a Ditadura Militar*. Lisboa: Sextante, 2009. Parte I: «Crise e Ditadura», sobretudo Cap. I: «Reflexões para uma compreensão da crise». É, pois, muito importante a sua leitura.

de forma geral e aproximada, olhando apenas para a edição dos *Discursos*), sobretudo se ao número não lhe juntarmos dados e interpretações qualitativas, podemos notar que de 1928, ano em que se iniciou como ministro das Finanças, a 1966, dois anos antes da sua morte política, Salazar utilizou a palavra «crise(s)» cerca de 160 vezes, notando-se um uso mais elevado nos primeiros anos, de 1928 a 1943, que corresponderam afinal ao período de formação do Estado Novo, à Guerra Civil de Espanha e à Segunda Guerra Mundial. Nos anos a seguir, de 1943 a 1950, é quando o conceito é relativamente menos usado, talvez porque, apesar de tudo, corresponde (mesmo para Salazar, que sempre considerou que a vitória da democracia significou «um retrocesso»¹⁵) a um aparente optimismo, inclusivamente com a entrada de Portugal na NATO (ou OTAN) e com o alargamento do conceito de «Ocidente» aos Estados Unidos da América. Depois, a palavra vai sendo naturalmente usada porque – a seu ver – novas e velhas crises, cada vez mais graves, vão aparecendo no espaço europeu e mundial, ressaltando em especial a «crise das relações internacionais».

As expressões em que o conceito de «crise» é usada são, como se disse, muito variadas. Podem, embora raramente, ter uma dimensão histórico-cronológica, como na aceção de «crise de 1891»¹⁶, «da guerra de 1914-1918» ou, como seria óbvio, da «crise de 1929», «a maior crise dos últimos séculos». Podem ainda ter uma aceção geográfica restrita, quando fala da «crise espanhola», correspondente ao período do início da Guerra Civil, ou à «crise brasileira», no princípio da afirmação do Varguismo, em ambos os casos com referência a 1937. Mas, geralmente, quando fala da «crise» em sentido geográfico, é numa aceção geral, no sentido de «crise da Europa», de «crise internacional» e de «crise mundial», ideias que perpassam em todo o seu discurso. Relativamente às instituições internacionais é no fim do seu consulado, quando se refere à crise do pensamento colonial, que fala da «crise de decisão da ONU» ou da «crise da NATO». Mas, geralmente, os seus conceitos de «crise» dizem respeito a áreas especiais e ao mesmo tempo de largo espectro, como quando escreve nos seus textos as expressões recorrentes «crise financeira» e «crise económica», mas sobretudo do «pensamento económico», «crise da democracia», «crise de autoridade», «crise do Estado», «crise ideológica», «crise de civilização», «crise moral» e da «moral internacional», «crise de guerra» e «crise de paz».

Também se pode dizer, noutra sentença, que, acompanhando os discursos de Salazar, eles dirigem-se de início a um auditório mais abrangente, com realce para o sector militar, que importava convencer a apoiar o regime, tornando-se, depois da guerra, cada vez mais direccionados aos aparelhos do regime, notando-se nos últimos anos o seu carácter mais solitário, mais autárquico. Isto não significa, obviamente, que em momentos de maior apoteose, como no final da Segunda Guerra, em que se louvava Salazar por ter livrado Portugal da sua carnificina (o que não sucedera na Primeira

¹⁵ «Para mim creio que o pensamento político europeu, no sentido da revisão objectiva, à luz da razão e da experiência, dos princípios que devem reger a organização e o governo das nações, acusa um nítido recuo, isto é, um retrocesso» («Relevância do factor político e a solução portuguesa», discurso proferido na sessão inaugural da I Conferência da União Nacional, em 9 de Novembro de 1946, no Liceu D. Filipa de Lencastre, in *Discursos*, vol. IV, p. 254).

¹⁶ Trata-se da crise financeira de 1891. Ver sobre o tema: SANTOS, Luís Aguiar – «A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação». *Análise Social*. Vol. XXXVI, N.º 158-159 (2001) pp. 185-207.

República, com a Primeira Guerra Mundial...), e nos momentos mais críticos dos anos sessenta, com a invasão de Goa e o início da guerra colonial em África, não tivessem surgido discursos para a grande audiência nacional. O que parece notório, por outro lado, é que praticamente nenhum discurso se dirige, directa ou indirectamente, ao clero ou à Igreja, atestando, na verdade, o sentido de separação do Estado da Igreja Católica, consignado no artigo 46.º da Constituição de 1933, apesar de essa separação, na prática, vir a ser quebrada com certos princípios consignados na lei de bases da Educação Nacional (lei n.º 1941, de 16 de Abril de 1936) e, sobretudo com a Concordata de 1940, mas também com a consagração dos dias santos entre os feriados nacionais no início dos anos cinquenta¹⁷.

Mas importa agora analisar de forma mais específica o sentido dos conceitos de «crise» e de «crises» no discurso de Salazar, para entendermos melhor a ambiguidade e até uma certa atracção que podem, mesmo hoje, provocar as suas palavras, e o apoio que os conceitos de «crise» podem significar para a formação do Estado Novo e para explicar as suas diversas tensões, em vários momentos históricos.

«Estado social» versus «Estado político»

A formação do Estado Novo, tal como o fascismo italiano, assenta numa concepção dita «social» de Estado – por isso Marcello Caetano preferiu utilizar o conceito de «Estado Social» ao velho e desgastado conceito de «Estado Novo» –, por oposição a uma concepção «política», numa acepção de política partidária e parlamentarista. Por este motivo, certas afirmações de Salazar, descontextualizadas, podem, mesmo na actualidade (ou principalmente na actualidade), exercer uma grande atracção entre os leitores menos preparados. Vejamos este passo, de um discurso de 5 de Setembro de 1940, que intitulou «A função pública e a burocracia» e foi proferido num almoço oferecido, na residência oficial do Presidente do Conselho, aos altos funcionários do Ministério das Finanças, por ocasião do abandono daquela pasta, que deteve ininterruptamente desde 27 de Abril de 1928 até 28 de Agosto de 1940, a partir de 5 de Julho de 1932 em acumulação com o cargo maior de Presidente do Conselho de Ministros. Não se trata, pois, de um texto «fundador», mas é um documento importante, pois com ele desejava Salazar, à sua maneira, falando da burocracia, afirmar a importância do Estado, e do seu intervencionismo, e do funcionalismo público, em contraste com a lógica público-privada dos clientelismos partidários:

Haverá uma espécie de injustiça social, involuntária e inconsciente, neste clamor da opinião pública contra o burocrata?

O burocrata é, no simplismo e também por vezes na justeza dos juízos populares, o homem inútil que se compraz em multiplicar as formalidades, encarecer as pretensões, amortilhar em papéis os interesses, embaraçar os problemas com as dúvidas, atrasar as soluções com os despachos, obscurecer a claridade da justiça em nuvens de textos legais,

¹⁷ Ver, sobre os feriados, o livro de ANDRADE, Luís Oliveira – *História e memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2001, sobretudo p. 89. ss.

ouvir mal atento ou desabrido as queixas e as razões do público que são o pão, ou o tempo, ou a fazenda, ou a honra, ou a vida da Nação perante o Estado e a sua justiça; trabalhar pouco, ganhar muito e certo; sem proveito nem utilidade social, parasitariamente, sorver como esponja o produto do suor e do trabalho do povo.

Estes traços têm caricatura e infelizmente aqui e acolá também retrato. De quem a responsabilidade ?

Quando nos países em desordem os políticos defendem as suas posições com a criação e distribuição de lugares às clientelas partidárias, praticam ao mesmo tempo acto imoral e ruinoso para a economia da Nação; mas quando, no aperto das crises, os mesmos responsáveis pela delapidação dos dinheiros públicos ou simplesmente pela inconsiderada extensão de serviços apregoam, como medida salvadora, o despedimento de funcionários em excesso, certo é fazer-se confusão entre problemas de moralidade administrativa e a necessidade de reforma do Estado. Quando por espírito de favoritismo, pessoal ou partidário, por fraqueza ou mal-entendida bondade, corrupção ou ignorância das consequências, se preferem os maus aos melhores, degrada-se a moral do Estado e comete-se acto grave contra a justiça; mas no campo do interesse colectivo isso não é o mais grave. O pior de tudo é não se poder dispor de instrumentos de trabalho úteis; é funcionarem com rendimento baixíssimo e de má qualidade os serviços públicos.

[...]

Nunca hesitei em considerar da maior importância o problema do funcionalismo público, mesmo para a eficácia das reformas estranhas à Administração de que ele verdadeiramente constitui a técnica e a alma. E nesta conformidade desde princípio procurei a sua renovação ou reforma, sem violências inúteis e pondo apenas em jogo o tríplice sentido da *utilidade*, da *justiça* e da *responsabilidade*.¹⁸

Mas este tipo de crítica que surpreendemos em 1940, numa situação concreta e virada para questões específicas, embora alargadas, com uma crítica geral ao Estado liberal, era o tipo de discurso que encontramos quase desde o início da formação do Estado Novo, na sequência, de resto, de outros discursos que precederam a acção política de Salazar no aparelho de Estado, pronunciados em textos de reflexão sobretudo de integralistas e neo-integralistas.

No importante discurso de 30 de Julho de 1930, por vezes confundido como o «discurso da Sala do Risco», falando da crise da Europa – a «Europa doente» –, onde abundam frases e palavras dramáticas, tais como «mal-estar geral», «fraquezas, abdições, insuficiências do poder público», Salazar refere-se à «crise do Estado Moderno», procurando, na defesa da autoridade e da ordem, apresentar os «princípios fundamentais da Revolução política». Era a ideia de um «Estado Corporativo» que despontava, de um «Estado forte», que trazia afinal uma concepção de «liberdade» diferente, devido à importância fundamental dos direitos sociais:

Na crise de autoridade que o Estado atravessa, dar-lhe autoridade e força para que mantenha imperturbável a ordem, sem a qual nenhuma sociedade pode manter-se e prosperar; organizar os poderes e funções do Estado de forma que se exerçam normalmente,

¹⁸ *Discursos*. Vol. III, pp. 280-282.

sem atropelos ou sem subversões; não coarctar ao Estado a livre expansão das actividades que se movem e actuam no seu seio, senão no que seja reclamado pelas necessidades de harmonia e coexistência social; definir os direitos e garantias dos indivíduos e das colectividades, e estabelecê-los e defendê-los de tal modo que o Estado os não possa desconhecer e os cidadãos os não violem impunemente – isto é liberdade.

Arrancar o poder às clientelas partidárias; sobrepor a todos os interesses o interesse de todos – o interesse nacional; tornar o Estado inacessível à conquista de minorias audaciosas, mas mantê-lo em permanente contacto com as necessidades e aspirações do País; organizar a Nação, de alto a baixo, com as diferentes manifestações de vida colectiva, desde a família aos corpos administrativos e às corporações morais e económicas, e integrar este todo no Estado, que será assim a sua expressão viva – isto é dar realidade à soberania nacional.

Ter bem presente no espírito que os homens vivem em condições diferentes e que esse facto se opõe, por vezes, a que seja uma realidade a sua igualdade jurídica; proteger o Estado de preferência aos pobres e aos fracos; fomentar a riqueza geral para que a todos caiba ao menos o necessário; multiplicar as instituições de assistência e de educação que ajudem a elevar as massas populares à cultura, ao bem estar, às altas situações da Nação e do Estado; manter não só abertos, mas acessíveis, todos os quadros à ascensão livre dos melhores valores sociais – isto é amar o povo e, se a democracia pode ainda ter um bom sentido, isto é ser pela democracia.

Aí tendes o meu pensamento em face dos vossos reparos.¹⁹

Eram estas palavras sedutoras de enfrentamento de uma «crise política geral» – parecidas, aliás, com palavras de todos os «Chefes» do tempo, como o *Duce* Mussolini, o qual as dissera, anos antes, em luta integrada no Partido Nacional Fascista – que levavam à justificação da criação cautelosa da União Nacional, à qual se dava uma imagem de associação cívica nacional e não de «partido» (único). Assim, Salazar afirma, numa lógica formal coerente, que a UN «não pode abandonar o campo meramente nacional e patriótico para se imbuir do espírito de partido, porque seria criminoso e, além de criminoso, ridículo acrescentar aos que existem o partido... dos que não querem partidos».²⁰

Dois anos mais tarde, quando «convidava» os partidos a desfazerem-se, na sequência da prática da Ditadura saída do 28 de Maio de 1926, reforçava a afirmação de que a «crise da democracia parlamentar» teria necessariamente de levar à formação de uma «ideia nacional», pondo de parte a lógica partidária, e aceitando mesmo e justificando a acção repressiva contra actos considerados «criminosos»:

O processo da democracia parlamentarista está feito; a sua crise é universal: supõem ainda alguns que esta é passageira e provocada pelas dificuldades igualmente transitórias do presente momento; os restantes crêem que findou para sempre a sua época.

¹⁹ «Princípios fundamentais da Revolução política» (na Sala do Conselho de Estado, em 30 de Julho de 1930, perante o Governo e os representantes de todos os distritos e concelhos do país, discurso às vezes confundido com o da Sala do Risco), in *Discursos*. Vol. I, pp. 91-92.

²⁰ *Idem*, p. 94.

A Ditadura Nacional, precursora em mais de um ponto dum largo movimento de renovação política, declarou dissolvidos os partidos; estavam porém neles, pode-se dizer, as maiores forças políticas da Nação. Alguns homens públicos tiveram a intuição do momento e vieram colaborar com a Ditadura; muitos alhearam-se, cuidando que a roda da fortuna os reperia no seu lugar ou que um entendimento com os governos os traria de novo à actividade política; muitos seguiram clara ou encapotadamente o caminho das conspirações e das revoltas e têm sido sucessivamente reduzidos pelo Exército à impotência. Sobre os partidos, embora oficialmente não metidos nisso, caíram, acrescentando às culpas que lhes cabiam na derrocada da Nação, as responsabilidades dos prejuízos e das desgraças provenientes dos movimentos revolucionários: muitos dos seus amigos se revelaram trabalhando contra a paz, a ordem e o interesse nacional, e alguns mesmo, desgraçadamente, pelas suas ligações e entendimentos, contra a independência da Pátria. Embora convencidos da extrema gravidade dos seus crimes, nós desejaremos que esses homens possam levar a vida livre de cidadãos pacíficos na terra portuguesa e trocar pelo trabalho útil a sua actividade subversiva. Mas ninguém poderia exigir que isso se fizesse com perigo para a nossa segurança – que é a segurança, a tranquilidade, o trabalho, os bens dos cidadãos portugueses, o futuro desta obra renovadora que em consciência não podemos sacrificar nem à liberdade nem aos interesses nem à própria vida de revolucionários profissionais.²¹

Mas o processo da democracia parlamentar não tinha apenas uma raiz política e sim uma motivação essencialmente económica. É neste ponto, ainda mais, que o discurso de Salazar se pode tornar persuasivo. Em 1933, falando no Porto sobre os «conceitos económicos da nova Constituição», salientava o sentido capitalista da democracia individualista em frases que ainda hoje se poderiam considerar actuais, se desintegradas de um conjunto:

Sim, a crise de que sofremos vai certamente passar, mas o essencial é saber se a doença que infecciona a economia das sociedades modernas não será finalmente atacada, porque, se se está fazendo aos nossos olhos o processo da democracia e do individualismo, o processo da economia materialista, esse está feito: todos vemos que faliu. Está-nos, portanto, vedado esse caminho, e eu não vejo outro que não seja substituir os graves erros que têm viciado a visão dos condutores de homens no mundo por conceitos equilibrados, justos, humanos de riqueza, de trabalho, de família, de associação, de Estado. É o que queria transparecesse das poucas palavras que ainda hei de dizer.²²

Era, pois, a organização corporativa a via economicopolítica que defendia, numa linha de «terceira via», que se confirmava no espírito da Constituição de 1933, uma via que admitia o Capital e o Trabalho em estreita ligação e harmonia. E é nesse

²¹ «As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional» (na Sala do Conselho de Estado, em 23 de Novembro de 1932, no acto de posse dos corpos directivos da União Nacional), in *Discursos*. Vol. I, pp. 173-174.

²² «Conceitos económicos da nova Constituição» (na sede da UN, em 16 de Março de 1933, discurso destinado à cidade do Porto, para onde foi radiodifundido), in *Discursos*. Vol. I, p. 192.

sentido que fala da «Plutocracia», como (sensivelmente) sinónimo de Capitalismo ou de Capitalismo selvagem, numa linguagem que sempre poderia despertar a atenção de defensores do «Estado Social». Vejamos estas palavras, proferidas em 1934, no Secretariado de Propaganda Nacional:

Ninguém certamente confunde a plutocracia com o grande comércio ou com a grande indústria. A concentração que os fez surgir é determinada ou por condições económicas gerais ou por condições específicas de determinada produção. É útil economicamente, pode ser impecável nas suas relações com o trabalho e com o público e em certos casos não está na sua mão ser ou não ser. Também ninguém confundirá a plutocracia com a finança. Enquanto houver moeda e crédito e propriedade privada e capitais mobiliários e produção gerida por uns e abastecida de capitais por outros tem de haver finança. E esta, que é útil, pode ser igualmente impecável. Mesmo quando especula, dentro de certos limites, a finança tem utilidade social. Pode até o financeiro, como outros administradores de grandes riquezas, não ser rico; mas exactamente porque manuseia matéria de verificação delicada – dinheiro, títulos, crédito – pode ter intervenções inconvenientes na vida económica e arrastar consigo muitos valores que se lhe confiam ou o seguem nas suas operações. Quando joga, deixa de interessar à economia; nós podemos dizer que está já fora da sua função.

O plutocrata não é, pois, nem o grande industrial nem o financeiro: é uma espécie híbrida, intermediária entre a economia e a finança; é a «flor do mal» do pior capitalismo. Na produção não lhe interessa a produção, mas a operação financeira a que pode dar lugar; na finança não lhe interessa a regular administração dos seus capitais, mas a sua multiplicação por jogos ousados contra os interesses alheios. O seu campo de acção está fora da produção organizada de qualquer riqueza e fora do giro normal dos capitais em moeda; não conhece os direitos do trabalho, as exigências da moral, as leis da humanidade. Se funda sociedades é para lucrar *apports* e passá-las a outros; se obtém uma concessão gratuita é para a transferir já como um valor; se se apodera de uma empresa é para que esta lhe tome os prejuízos que sofreu noutras. Para tanto o plutocrata age no meio económico e no meio político sempre pelo mesmo processo – corrompendo. Porque estes indivíduos, a quem alguns também chamam grandes homens de negócios, vivem precisamente de três condições dos nossos dias: a instabilidade das condições económicas; a falta de organização da economia nacional; a corrupção política. – Quem tenha os olhos abertos para o que se passou aqui e para o que se passa lá fora não pode duvidar do que afirmei.

Como manter o Estado ao abrigo da corrupção plutocrática e as forças do trabalho ao abrigo das suas prepotências? É evidente e ensinado pela experiência que é fácil a corrupção onde a responsabilidade de poucos é substituída pela irresponsabilidade de muitos: os regimes democráticos prestam-se mais que nenhuns outros a compromissos, entendimentos, cumplicidades abertas ou inconscientes com a plutocracia. A fiscalização da administração pública por parte dos particulares e a existência de imprensa aberta à colaboração dos homens independentes contribuirão para descobrir e tornar estéreis as manobras dos interessados. Mas a forma mais fácil de manter o Estado ao abrigo da corrupção plutocrática é – não ter de ser corrompido. Quando há pouco afirmei, tratando da economia nacional, que é preferível a sua auto-direcção à sua direcção pelo Estado,

tinha em mente, além do que disse, a vantagem para a política e a administração pública em que o Estado seja tão estranho aos interesses de cada um, como atento aos interesses de todos. Mal vai quando um grande negócio, lucros avultados, especulações, preços, importações, encomendas, licenças, direitos, dependem por sistema do parecer de uma repartição pública ou da assinatura do Ministro. A simples suspeição dos particulares envenena a administração.²³

Temos analisado textos dos anos trinta, em que se justifica, pois, a organização do Estado corporativo contra o Estado individualista e parlamentar, também chamado «democracia», que Salazar considerava em crise de morte. Mas, logo que terminou a guerra – e depois de, em 1940, continuar a afirmar-se antidemocrata, na expressiva afirmação: «Quanto a nós que nos afirmamos por um lado anti-comunistas e por outro anti-democratas e anti-liberais, autoritários e intervencionistas...»²⁴ – procurou dourar o conceito de «democracia», tanto, quanto podia, lembrando-se por certo da concepção de «democracia» existente na velha expressão da sua mocidade, «democracia cristã». Assim, ficou conhecida a sua justificação: «Eu não quero forçar conclusões, mas, se a democracia pode ter, além do seu significado político, significado e alcance social, então os verdadeiros democratas somos nós»²⁵.

Porém, isso não o levou a uma concepção reformada de Estado, mas apenas a uma das suas cosméticas, e, assim, a breve trecho, voltava ao conceito de «crise da Europa e da democracia». Deste modo, em 1947, já em período de novo desalento, perante o que chamou «desconcerto da Europa», continuou a afirmar que as democracias passavam por uma crise dolorosa²⁶ e a salientar a necessidade de «Estados fortes»²⁷ para fazer frente ao perigo comunista. Em 1950, perante o entusiasmo que lhe deu, em 1949, a formação da NATO ou OTAN, de alargamento do conceito de «Ocidente» à América – «Pacto do Atlântico» em cuja organização Portugal participou desde o início²⁸ –, falando então Salazar do recorrente conceito de «crise da Europa» (para alguns, mesmo *finis Europae*), tornava a pensar que as democracias dificilmente se poderiam opor ao comunismo soviético revigorado com a vitória na guerra de 1939-1945. Num discurso proferido em Braga, por altura da inauguração do Estádio 28 de Maio (como se vê, todos os motivos serviam de justificação para analisar assuntos de política interna e de política internacional), depois de afirmar, referindo-se à política de guerra de países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, que «os povos hão-de impor o abandono das ficções partidárias e a realidade da sua unidade orgânica», dizia:

²³ «Problemas de organização corporativa» (em 13 de Janeiro de 1934, no Secretariado de Propaganda Nacional), in *Discursos*. Vol. I, pp. 292-295.

²⁴ «Problemas político-religiosos da Nação Portuguesa e do seu Império» (discurso proferido na Assembleia Nacional em 25 de Maio de 1940), in *Discursos*. Vol. III, p. 236.

²⁵ «Portugal, a Guerra e a paz» (em sessão da Assembleia Nacional de 18 de Maio de 1945), in *Discursos*. Vol. IV, pp. 119-120.

²⁶ «Governo e Política» (discurso proferido na posse da nova comissão executiva da União Nacional, em sessão realizada numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional, em 4 de Março de 1947), in *Discursos*. Vol. IV, p. 269.

²⁷ *Idem*, p. 268.

²⁸ «Portugal no Pacto do Atlântico» (na sala das sessões da Assembleia Nacional em 25 de Julho de 1949), in *Discursos*. Vol. IV, p. 403 ss.

Problema de muito maior interesse e actualidade é saber se nalguns países ou em todos os países a chamada democracia individualista ou o socialismo (ponho de lado os partidos daquele nome mas de pura tendência social) podem constituir barreira suficiente ao comunismo. Pelo que nos respeita podemos com segurança asseverar que não só o não impediriam, como seriam o mais seguro veículo para o seu triunfo. E é isso que acima de tudo importa na época de crise que se vai viver.

Em face do que precede não pode haver indecisões quanto ao caminho a seguir: é em *frente*, para o que só é necessária a conjugação de quatro ordens de factores: viver a doutrina, interessar a Nação, ajustar a orgânica das instituições, produzirem os governos trabalho eficiente em harmonia com as necessidades do País.²⁹

Sempre o conceito de «crise» está presente em todas as concepções de Salazar. O seu pessimismo só poderia ser superado pela ideia de que o seu caminho era a via correcta, mesmo que acabasse por ficar isolado no contexto internacional. Então falará também da crise da NATO, como falará da crise da ONU, onde Portugal se integrara em 1955.

O princípio da justificação do Estado salazarista – a «crise financeira e económica»

Olhámos para o conceito de «crise» do ponto de vista essencialmente político porque é com essa razão que Salazar justifica a formação do Estado corporativo, contrário ao Estado demoliberal da Primeira República portuguesa e de outros países da Europa, às suas «desordens» e às suas potencialidades «plutocráticas», e contrário à experiência comunista, de sistema materialista. O certo, porém, é que foi a crise financeira e económica que deu vida ao salazarismo, pois foi essa crise interna, mais do que a vasta e aguda crise internacional, que o colocou em 1928 no Ministério das Finanças.

Em 9 de Junho 1928, no Quartel General de Lisboa, de acordo com as notas do jornal *Novidades*, falava da crise que atravessava o país, de forma técnica, não facilmente compreensível por quem não conhecia suficientemente as questões do foro financeiro:

Atravessámos uma grave crise económica, cujas principais causas foram essa instabilidade monetária, a alta de juros do dinheiro e a escassez de capitais: aquela alta provocada pela escassez dos capitais; esta escassez provocada pela desvalorização da moeda, que, ao mesmo tempo que opera na sociedade transferências de fortunas, consome em geral grandes somas de capitais.

O comércio e a indústria tiveram durante algum tempo disponibilidades enormes: parecia que os comerciantes não acabavam de enriquecer. Todas as empresas pareciam prósperas; afinal muitos vieram a verificar que se tratava de riqueza ilusória e estavam na realidade empobrecidos: tinham distribuído e gasto o próprio capital. Salvaram-se apenas aqueles que em dada altura conseguiram converter os lucros em valores estáveis. E o Estado, que perdeu muito, ganhou também alguma coisa – a diminuição da sua dívida correspondente ao valor em que lesou os seus credores.

²⁹ «Breves considerações sobre política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga» (em Braga, numa das salas da Biblioteca, a 28 de Maio de 1950, em que se inaugurou o Estádio da mesma cidade), in *Discursos*. Vol. IV, p. 471.

Todos estes males têm somente uma cura – a estabilização da moeda, e esta é impossível independentemente da solução do problema financeiro.

Da não resolução do problema financeiro e económico resultam, como não pode deixar de ser, graves perturbações sociais.³⁰

A crise do país era, pois, de ordem financeira e económica, mas também de ordem social e política, pelo que se deviam resolver os problemas por esta ordem. E, no conhecido discurso da Sala do Risco, depois de descrever outra vez «a grave crise que atravessava a Nação», apelava para o esforço de «salvação nacional», que impunha a «ordem»:

É uma obra vasta de organização a fazer, difícil para o nosso individualismo, mas necessária para o bem de todos – obra tanto mais necessária quanto é grave, em todo o mundo, a crise, e enorme a reacção dos mercados à admissão dos produtos estrangeiros, sendo precisas a maior ponderação e calma, a maior economia nos gastos, a maior prudência nos negócios, a maior restrição nas despesas adiáveis ou puramente sumptuárias, para que a tormenta passe sem maiores perdas e ruínas, e nós edifiquemos para o futuro uma economia sólida, equilibrada e sã. – Eis, rapidamente, como foi encarado o problema económico.³¹

Portanto, do problema económico passava-se para o problema social e político (conforme vimos), sendo a sua solução a base da formação do Estado, que depois de 1930, pelo menos, se passou a chamar «Estado Novo». A razão dessa ideia a que se chamou «Revolução Nacional» resultava, pois, da consciência de um problema, que se tratava mais de um problema de «pensamento» do que um problema de realidade. A «crise do pensamento económico», afinal a crise do capitalismo, do parlamentarismo e do individualismo, era algo que funcionava como justificação para o Estado corporativo. Dizia Salazar no já citado discurso, sintomaticamente chamado, oficialmente, «Conceitos económicos da nova Constituição»:

O ponto agudo da presente crise vai certamente passar, como antes desta passaram outras, julgando-se aliás que o mundo lhes não resistiria. Mas uma coisa são os sintomas que podem desaparecer e outra a doença profunda que mina a vida económica e social, que multiplica as crises e as faz cada vez mais violentas e mais devastadoras, que gera este mal-estar permanente, ameaçador em certos momentos do que a Humanidade em séculos de trabalho tem acumulado como benefícios da civilização. Há, de facto, na vida das sociedades modernas uma crise mais grave do que a crise da moeda, e dos câmbios, e do crédito, e dos preços, e das finanças públicas, mais grave porque é mãe de todas elas – é a crise do pensamento económico, diremos, a crise dos princípios informadores da vida económica.³²

³⁰ «Os problemas nacionais e a ordem da sua solução» (no quartel General de Lisboa, em 9 de Junho de 1928, segundo as notas do jornal *Novidades*), in *Discursos*. Vol. I, p. 14.

³¹ «Ditadura administrativa e revolução política» (na Sala do Risco, em 28 de Maio de 1930, onde os oficiais do Exército e da Armada se reuniram com o Governo para comemorar o 4.º aniversário da Revolução Nacional), in *Discursos*. Vol. I, p. 56.

³² «Conceitos económicos da nova Constituição» (na sede da UN, em 16 de Março de 1933, discurso destinado à cidade do Porto, para onde foi radiodifundido), in *Discursos*. Vol. I, p. 189

Essa crise manteve-se com outras formas. Se primeiro era uma «crise de pensamento económico» marcada pela lógica capitalista e individualista, que inclusivamente – é interessante esta observação de Salazar que foi adepto de uma economia nacional mas aberta, como veio a provar com a sua adesão à EFTA, em 1960 – levou a conceitos de nacionalismo económico que marcaram economias de nacionalismo político, como sucedeu no Brasil, com o Estado Novo de Getúlio Vargas³³, foi-se tornando, de acordo com o seu entendimento, uma crise generalizada, de paz e de guerra, de direito internacional: uma «crise moral».

Em 27 de Abril de 1943, quando fazia quinze anos que tomara posse da pasta do Ministério das Finanças (do qual saíra em 1940) e no meio do turbilhão da guerra, afirmava:

Ora o período de 1928 até hoje pode ser caracterizado pela gestação político-militar da maior guerra que o mundo viu, enxertada na maior crise que os economistas anotaram em todos os tempos. Em quinze anos, quatro derrocadas económicas e financeiras, três de guerra na Península, que nos cortou da Europa por terra, quatro de conflagração, que a bem dizer nos tem separado do resto do mundo por mar. Sobre as economias empobrecidas pela crise tiveram de erguer-se as economias fechadas pelo bloqueio; sobre as moedas debilitadas se lançaram os desequilíbrios das balanças de pagamentos ingurgitados pelos abastecimentos militares; sobre as finanças, que mal aguentavam os *déficits* do tempo de paz, carregam as astronómicas despesas do tempo de guerra. E o grande abalo não se repercutiu apenas nas coisas materiais que se reparam, ou renovam, ou reconstituem, mas em conceitos básicos de ordem política e moral. Tudo parece ter estado sujeito a revisão – promessas e tratados, interesses e amizades, fronteiras e soberanias, regras de vida internacional, o próprio direito de viver. E a angústia da humanidade que não pode viver sem arrimos sólidos de certeza moral juntou-se por toda a parte às insuficiências económicas, filhas da guerra ou do seu receio.³⁴

O caso de Portugal era, portanto, um caso de «crise de paz» no meio de uma «crise de guerra», uma crise que dificultava a situação de neutralidade assumida pelo regime, o que originou – como é sabido – a «questão do volfrâmio»³⁵, que tanto era vendido aos aliados como à Alemanha. Mas, a posição de Salazar, como se disse, aparecia como uma posição estrutural de abertura de mercado, que pragmaticamente procurava defender em qualquer situação:

³³ Num discurso sobre a Aliança Inglesa e a Guerra Civil de Espanha, falando do nacionalismo económico, Salazar dizia em relação ao Brasil: «Fez-se a prova, fez-se a contra-prova: a grande Nação brasileira é sujeita a uma das suas maiores crises, proíbe a entrada de emigrantes – também inibidos de procurar trabalho na América do Norte – e quase paralisa as transferências para o estrangeiro com fins não comerciais. Perdem-se milhões, não se aproveitam rendimentos auferidos em vários países, e a população portuguesa pôde viver, e a balança de contas é positiva, e sobem no mesmo período as reservas de ouro do País. Creio que esta experiência enterrou bem fundo o falso postulado da nossa vida económica». («Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra de Espanha», proferido na Sala dos Passos Perdidos, em 6 de Julho de 1937, ao agradecer às forças de terra e mar os seus cumprimentos pelo malogro do atentado de 4 de Julho, in *Discursos*. Vol. II, p. 305)

³⁴ «Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional» (na Emissora Nacional em 27 de Abril de 1943, nos 15 anos da tomada de posse de Salazar como ministro das Finanças), in *Discursos*. Vol. III, p. 385.

³⁵ Ver sobre a «questão do volfrâmio» NUNES, João Paulo Avelãs – *O Estado Novo e o volfrâmio*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2005. Tese de doutoramento.

[...] Respeitamos por educação e princípio, senão por lhe reconhecermos vantagem, ampla liberdade económica. Na última crise já as grandes nações chamadas livres tinham restringido o trabalho estrangeiro, bloqueado créditos, dificultado transferências de dinheiro, proibido a circulação de capitais, alterado por muitas formas as correntes comerciais e financeiras e ainda nós, quase ilha perdida no mar das restrições, conservávamos abertas de par em par as portas da nossa casa e mantínhamos com escândalo do mundo a liberdade de importações, de câmbios, de circulação de capitais. Somos assim. Reconhecemos lealmente dever ao capital, à técnica e à iniciativa estrangeira, designadamente ao capital inglês, parte importante no progresso do País, metropolitano e colonial. A timidez do nosso capital que tradicionalmente prefere o rendimento fixo do papel do Estado à aventura dos grandes empreendimentos, nos quais a possibilidade de maiores lucros é a contrapartida dos ricos, tem nisso parte de responsabilidade; a outra parte está na atitude dos governos que receiam por vezes ter para com o capital português as mesmas deferências, cuidados e garantias que mais facilmente se concedem ao capital estrangeiro.³⁶

E voltava a insistir sempre na «crise do pensamento», de largo espectro, que devia levar – afinal como pensava que sucedera com Portugal e o seu regime – à procura de novas soluções económicas, sociais e políticas. Assim, por altura das primeiras eleições do pós-guerra para a Assembleia Nacional, em que se esforçava por manter a «união nacional», afirmava incutindo ao seu discurso – como sempre – uma imagem de «verdade», que tem de ser desconstruída e decodificada, uma imagem de verdade (dizíamos) que sempre procurava opor à «imagem de mentira e de imoralidade» que via na «crise da Europa e do Mundo»:

Tudo isto está dando à vida tal falta de sinceridade, de verdade, de objectividade, que são bem de lastimar os homens sobre quem os acontecimentos lançaram o encargo de traçar ao Mundo novas directrizes. Embora se saiba que a rivalidade dos interesses tende a agravar a confusão na ordem prática, os homens habituados à reflexão não podem deixar de sentir a gravidade das contradições e dos equívocos em que a Europa se debate, se esteriliza e cada vez mais se diminui. Esperemos que se trate de uma crise de pensamento provocada pela rotura de equilíbrio preexistente. Esperemos ainda que, separado o trigo do joio, a verdade do erro, o caduco do esperançoso e vivo, se possam descobrir as novas fórmulas, encontrar a síntese das aspirações e valores que surgem da gestação do nosso tempo e dos princípios superiores provados pela experiência dos séculos.³⁷

Acima de tudo, o que era importante ter em conta é que a «crise financeira» e a «crise económica», ou a «crise do pensamento económico», tinham a espessura de uma «crise social» e de uma «crise política», que o Estado Novo enfrentava com as fórmulas de um Estado que não se queria colocar numa via capitalista nem numa linha socialista integral, num Estado que sobrevivia no meio da crise e se afirmava,

³⁶ *Discursos, ob. cit. e vol. cit.*, pp. 399-400.

³⁷ «Votar é um grande dever» (numa das salas da biblioteca da Assembleia Nacional, em 7 de Outubro de 1945), in *Discursos*. Vol. IV, p. 176.

mesmo quando parecia impossível sobreviver. Era esta imagem que surgia no discurso de Salazar, uma imagem de enfrentamento e de superação de uma «crise da Europa», «do Mundo», «da civilização» e «da moral».

A grande crise internacional, Portugal e o «Império»

A ideia que se apresenta mais viva, no mundo em crise («Vivemos crises – financeiras, económicas e políticas – e sofremos guerras – civis, internacionais, intercontinentais, talvez as mais sangrentas de toda a história humana», asseverava Salazar), era a «crise política» que continuava a subsistir no pós-guerra, crise para que o «Presidente do Conselho» tinha chamado a atenção nos anos vinte e trinta, o que justificara a concepção do seu regime e que persistia depois do grande conflito.

Logo em 1946, na I Conferência da UN, dizia:

Ora quando atento na profundidade da crise que a Europa atravessa e vejo que o remédio mais imediato é para alguns de nós a existência de três, seis ou dez partidos, um Parlamento tumultuoso e um governo paralisado pela pressão de elementos contraditórios, não posso deixar de considerar a desproporção entre o mal e os remédios e verificar com profunda tristeza a cegueira dos homens.

A Rússia dispõe de uma doutrina, de uma força, de uma técnica e de um governo. Admitamos que os seus intentos e o seu interesse são viver pacificamente a sua vida, e não impor fora das fronteiras a «sua ordem». Como poderão emergir das ruínas e da anarquia actual estados sem doutrina, sem força, sem técnica de acção e sem governo? Cada um pode tirar daqui as conclusões que entender.³⁸

Curiosamente, para marcar a gravidade da crise, apresenta o seu maior inimigo, o comunismo soviético, como uma espécie de exemplo de unidade e acção. E o que lhe parece ainda mais grave é que os próprios «partidos socialistas», aos quais prestava sempre uma especial atenção, não pela sua doutrina em si mesma e muito menos pela sua tendência, mas pela intenção social dos seus programas, estavam atingidos de morte, restando apenas o «socialismo integral» dos soviéticos. Era uma prova de que tudo ruía, ainda que não deixasse de fazer uma excepção em relação à Inglaterra:

A crise que parece ter atingido mortalmente, fora da Inglaterra³⁹, os partidos socialistas europeus – quer tivessem adoptado um vago socialismo de reivindicações sociais, quer, mais audazmente, defendessem a socialização de alguns meios de produção –, essa crise não se me afigura passageira: ela é, por um lado, reflexo da deliquescência geral da política partidária e, por outro, resultante da própria lógica socialista. A força das ideias e das

³⁸ «Relevância do factor político e a solução portuguesa» (na sessão inaugural da I Conferência da União Nacional, em 9 de Novembro de 1946, realizada no Liceu D. Filipa de Lencastre), in *Discursos*. Vol. IV, pp. 254-255.

³⁹ Provavelmente Salazar referia-se, cuidadosamente, como quase sempre sucedia em relação aos «aliados», ao Partido Trabalhista, que ganhara as eleições ao Partido Conservador de Churchill, governando, de 1945 até 1951, Clement Attlee.

posições tomadas dificilmente se deteria a meio caminho e optaria mais tarde ou mais cedo pela conclusão final – o comunismo ou o socialismo integral. As muito curiosas cisões ou ameaças de cisão que se verificam em vários partidos socialistas traduzem a crise provocada pelo conflito entre o espírito tradicional, que se esforça por manter princípios basilares da actual organização económica e social, e o logicismo revolucionário dos que pretendem chegar às últimas conclusões: *todo o poder aos soviets*.⁴⁰

A luta contra o bloco soviético parece-lhe, por isso, como dissemos, o supremo objectivo. Daí – como notámos – a sua adesão à fundação da NATO. Mas será que essa integração significaria uma luta de sentido único contra o materialismo comunista? O certo é que a crise da Europa e do Mundo extravasava, para ele, essa situação. O regresso à democracia multipartidária desintegrava o bloco anti-soviético. Por isso o que lhe parecia mais evidente era, ao fim de contas, a «crise moral» ou a «crise de civilização», que era ainda maior do que a «crise política», assim como a «crise do pensamento económico» era mais grave do que a «crise económica».

Em 1935, olhando para o ambiente internacional, mas visando sobretudo o problema nacional, que era sempre o que mais o preocupava, dizia:

Se é permitido aplicar, em política externa, princípios reguladores da política interna, diremos que, aparte a necessária organização de força, sem justiça e sem confiança recíproca será finalmente baldado tudo o que se anda tentando. Ora as circunstâncias ou os homens – eu não acuso ninguém – têm operado de modo que por vezes a justiça é desconhecida e outras vezes vai-se faltando ao prometido até se matar a confiança na palavra dos povos. Sinal é de que a crise moral, mais do que a crise económica, está desgraçando o Mundo.⁴¹

Esta ideia vai subindo de tom, quando constata, perante o problema de Goa e o problema africano, o desajustamento da NATO a problemas que geograficamente pareciam ultrapassar o «Ocidente», mas que lhe deviam estar intimamente ligados. Por isso fala também da «crise da aliança atlântica», não tanto nos seus discursos proferidos internamente, mas no discurso das entrevistas a jornais estrangeiros. Assim, dizia numa entrevista a uma cadeia de jornais americanos:

A crise da aliança atlântica não é propriamente de natureza militar, mas de natureza política. A medida de ordem prática que se apresenta essencial é a de manter a confiança e a solidariedade entre os membros da NATO – que parece não poderá ser restrita a determinadas áreas geográficas, e muito menos poderá ser ocasional: global e permanente seria o ideal. O ataque ao que chamamos Ocidente e civilização ocidental não o submete

⁴⁰ «O meu depoimento» (no Palácio da Bolsa, em 7 de Janeiro de 1949, ao inaugurar-se a conferência da União Nacional e a campanha para a reeleição do Senhor Presidente da República), título «O regime e os trabalhadores». In *Discursos*. Vol. IV, pp. 368-369.

⁴¹ «Balanço da obra governativa. Problemas políticos do momento» (pronunciado em 27 de Abril de 1935 num dos salões da Câmara Municipal de Lisboa durante o «Porto de honra» oferecido aos oficiais de terra e mar), in *Discursos*. Vol. II, p. 38.

o comunismo a divisões, salvo as impostas pela tática do momento. Assim se afigura que deveria ser em face dela a nossa defesa – indivisível.⁴²

De modo idêntico, mas referindo-se a outros erros, critica, na mesma entrevista, «os votos dos Estados Unidos contra Portugal, na ONU», que «causaram no povo português grande ressentimento»⁴³, assim como, noutros discursos proferidos no país, lamenta a falta de justiça da ONU, ou do seu sector «ocidentalista» e anticomunista, que deveria ter ali uma acção conseqüente e contínua. As Nações Unidas estavam também «em crise» – segundo Salazar – e reduzidas a um sistema parlamentarista. Perdía-se dessa forma a linha de rumo que entendia importante para a sobrevivência das colónias ou das «províncias ultramarinas» portuguesas, ou, melhor, da continuação do laço profundo e natural da Europa à África e ao Oriente Católico⁴⁴.

Dizia em 1960, referindo-se à «campanha anti-colonialista»:

Para mim, sem o dom da profecia, o carácter parlamentarista excessivamente intervencionista e internacionalizante das Nações Unidas marcará o próximo futuro, até uma crise grave que as porá à prova. Temos de tê-lo presente, visto que não nos dispomos a aceitar a intervenção abusiva de terceiros na nossa vida interna.

Todos os nossos territórios estão abertos à observação de quem quer e o Governo e os Serviços publicam dados suficientes para se saber em cada momento como marcha a administração. A posição que havemos tomado, e manteremos, não vem pois de pretendermos ocultar seja o que for mas de que nos é impossível aceitar para as nossas províncias ultramarinas, que fazem parte da Nação, situação equivalente à de territórios tutelados pela O. N. U. e destinados a subsequente secessão, bem como prestar contas ali de como os Portugueses entendem governar-se na sua própria casa. É ilegítimo da parte das Nações Unidas resolver discriminatoriamente contra Portugal; a Assembleia Geral não tem competência para declarar não autónomos territórios de qualquer potência. Esta é a interpretação juridicamente correcta e que sempre foi dada aos princípios da Carta. Nesses termos fomos admitidos e, se outro fosse o entendimento dos textos, é certo que não nos teríamos apresentado a fazer parte da Organização.⁴⁵

Daí que, depois da tomada de Goa pela União Indiana, se virasse com olhar angustiado para o mundo, que considerava ferido de morte por uma profunda «crise moral»:

Há no mundo três ou quatro nações – meia dúzia o máximo – que não receiam ou não têm de recear ser agredidas por outras; mas todas as mais ou vivem do consenso

⁴² «Entrevista concedida à cadeia de jornais da *Hearst Headline*, dos Estados Unidos da América do Norte» (publicada em dois dias sucessivos, no mês de Junho de 1961, pelo *Hearst Headline Service*, pelo *New York Journal American* e pelos outros diários da cadeia), in *Entrevistas*, p. 56.

⁴³ *Idem*, pp. 54-55.

⁴⁴ Ver no nosso livro *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009. Vol. I, parte II, cap. V: «Estado Novo, Europa e Atlântico».

⁴⁵ «Portugal e a campanha anticolonialista» (discurso pronunciado na sessão da Assembleia Nacional de 30 de Novembro de 1960), in *Discursos*. Vol. VI, pp. 103-104.

unânime de que a sua independência e integridade são respeitadas ou estão à mercê dos mais ambiciosos e fortes. Não se foge à dificuldade e ao perigo senão pela forma clássica de alianças que constroem sistemas de forças equilibradas, ou por organização tendente a abranger a universalidade das nações pacíficas. Simplesmente no primeiro caso é essencial o cumprimento dos Tratados e no segundo a fidelidade aos Pactos, e a crise moral em que nos debatemos não assegura nem uma coisa nem outra.⁴⁶

Configurava-se a ideia da crise mais profunda que Salazar via no mundo e que o levava à dramática situação de afirmar que os portugueses estavam «orgulhosamente sós»⁴⁷, dito num discurso em que falava da «crise do direito internacional», com estas palavras:

Um dos fenómenos mais embaraçantes do mundo de hoje é a crise do direito internacional que uns observam como herança da sua civilização e outros desprezam para se instalarem a seu gosto na terra. O alargamento da comunidade internacional não devia ter-se processado à margem da preparação dos Estados para a aceitarem e cumprirem as normas que regulam por consenso geral ou por convenção expressa a vida de relação entre as nações; mas seguiu-se orientação oposta com o princípio da universalidade de todas as organizações internacionais, como se o registo de admissão equivalesse à garantia de observância das normas que as regulam, o que está demonstrado não ser exacto. A Organização das Nações Unidas tem feito – pecaminosamente – o máximo por condescender com práticas aberrantes e até com a defesa de supostos interesses de muitos países irrequietos e ambiciosos contra os legítimos direitos de outros. Apesar disso, o desequilíbrio das situações apontadas é de tal ordem que nós o podemos ver na base dos numerosos conflitos que se espraiam pelo mundo. O princípio de que nas épocas de crise a lei internacional é para cada Estado a que serve o seu interesse, sem respeito pelo direito alheio, lançou-nos no caminho das grandes confusões e dos máximos perigos.⁴⁸

Por isso, o desânimo profundo de Salazar aparecia quase no fim do seu mandato, em 1966, antes da queda que precipitou a doença que o levaria à morte, em 1970. Manifesta então uma generalizada consciência de «crise». E di-lo, no mesmo lugar onde havia sido triunfalmente aclamado em 26 de Maio de 1936, em Braga, agora em 28 de Maio de 1966, mas já não na varanda da Câmara Municipal, no Campo da Vinha, onde se ergue a estátua do Marechal Gomes da Costa, e sim no recolhimento da Sala da Biblioteca Pública. Era o 40.º aniversário da «Revolução Nacional» e parece que Salazar pressentia já a queda do seu sistema político. Depois de voltar a falar da «crise do Estado», embora esperasse que não do «cerne da Nação», recordava que em 1926 ela se salvou apesar «da crise em que ameaçava afundar-se sem esperança de recuperação». São palavras de desalento e de aparente esperança naquele que é o último grande discurso de Salazar:

⁴⁶ «Invasão e ocupação de Goa pela União Indiana» (discurso pronunciado na sessão da Assembleia Nacional de 3 de Janeiro de 1962), in *Discursos*. Vol. V, pp. 205-206.

⁴⁷ «Erros e fracassos da era política» (discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de Fevereiro de 1965), in *Discursos*. Vol. VI, p. 368.

⁴⁸ *Idem*, p. 362.

Eu compreendo as dúvidas e hesitações. Vivemos um momento crítico da história do pensamento político e mais simplesmente um momento crítico da história do mundo. Tudo está em crise ou é sujeito a crítica – a moral, a religião, a liberdade dos homens, a organização social, a extensão intervencionista do Estado, os regimes económicos, a própria Nação e as vantagens da sua independência ou da sua integração com outras para a formação de grandes espaços económicos e políticos. Discute-se na Europa a própria noção de pátria. Revoluções como a soviética continuaram no domínio dos factos e da filosofia as revoluções que vinham detrás, da Reforma e da Revolução Francesa, e, como todos os grandes movimentos na posse da sua força inicial, têm tendência a alastrar e a dominar o mundo, envenenando-nos com visões e princípios que estão longe de executar em seus domínios de origem. Os espíritos mais puros inquietam-se, perturbam-se, não sabem como orientar-se e repetem angustiadamente a pergunta de Pilatos ao próprio Cristo: «o que é a verdade?»

A dúvida em suas hesitações e desvaios não permite trabalho eficiente; o espírito humano precisa de aderir à verdade, precisa de certezas para se orientar e agir. Nenhum Estado pode existir sem basear-se nelas ou presumi-las definidas e aceites. Foi por isso que, ainda não tão largamente alastrada a crise actual, há precisamente trinta anos e nesta mesma cidade de Braga, eu senti a necessidade de proclamar «as grandes certezas da Revolução Nacional». Independentemente do que transcende a ordem natural, a desapaixionada observação dos factos e a experiência dos povos, através da sua vida milenária, revelam-nos algumas dessas certezas. Mas nós temos outro indicador para avaliar da sua justeza: os frutos produzidos na vida e progresso da Nação, isto é, se com os princípios que essas mesmas certezas traduziam pudemos criar entre nós a paz, pudemos organizar a vida social e nela prosperar. Porque o nosso movimento se afigura por vezes demasiado lento, muitos se perturbam com a acusação de imobilismo; mas uma coisa é o imobilismo na acção e outra a estabilidade das concepções políticas. A verdade é por essência imutável e a adesão do espírito à verdade, ou sejam as certezas do espírito são essenciais ao progresso das sociedades humanas.⁴⁹

Apesar de tudo, Salazar continuava, pois,, a falar da «verdade» e da eficácia do seu regime.

O fim do discurso e o fim do sistema de Salazar

Como se vê, Salazar praticamente termina a sua vida política a falar de «crises», tal como tinha começado. Só que no início – no final dos anos vinte e na década de trinta – podia, baseando-se nelas, erguer um Estado, tendo como antepassados certos paradigmas ideológicos, como o integralismo de diversas fases e o movimento católico, e até como modelo (mesmo que dissesse o contrário) o fascismo de Mussolini. Nessa altura, os seus argumentos poderiam ser ouvidos e aclamados pelas multidões, pela «Nação», ou pelos políticos de serviço, que defendiam ou diziam defender essa Nação, num «nacionalismo moderado». Podia erguer um «Estado forte», para utilizar a sua

⁴⁹ No 40.º aniversário do 28 de Maio (discurso proferido numa sala da Biblioteca Pública de Braga, no dia 28 de Maio de 1966), in *Discursos*. Vol. VI, pp. 435-437.

terminologia, ou um Estado autoritário ou mesmo de tendência totalitária (que dizia não seguir, mas de que alguns salazaristas não recebavam⁵⁰). Sempre escorado na ideia da Moral e do Direito – que dizia transcender a acção do Estado, mas que ele próprio construía e desconstruía (pelo menos a nível interno) –, falava das «crises» como se estivesse nelas e fora delas, ou que as conseguisse superar. Porém, nos anos sessenta essas crises, segundo o próprio Salazar, já eram mais vastas. Podia dizer que não atingiam o «cerne da Nação», mas não podia já afirmar que elas não eram generalizadas e de consequências mortíferas. E via assim perder parcelas do «Ultramar», o «Estado da Índia» (Goa, Damão e Diu), a «Roma do Oriente», como percebia que poderia vir a perder a África portuguesa. Já não se tratava só de uma «crise financeira» ou de uma «crise económica» (ou do «pensamento económico»), de uma «crise política». Essas, pensava que as havia ultrapassado, na lógica da construção de um Estado de equilíbrio instável de poderes internos e externos. Era agora – no seu pensar – uma generalizada «crise de valores morais», que precipitara uma «crise de relações internacionais» incontroláveis, que receava que levassem ao fim do seu sistema, que se recusava a reformular na sua essência. Haveria de morrer com ele, ainda que na pessoa de um substituto que não escolhera, de um outro estadista, Marcello Caetano, que o apoiara nos seus princípios, mas sempre discutira com ele estratégias de acção. Todavia, no poder depois de 1968, Marcello não soube ou não pôde alterar profundamente essas estratégias, porque não mudara os princípios. E eles próprios, assumidos radicalmente pelos ultra-salazaristas, também se haveriam de voltar contra as aparentes mudanças, para além de ter crescido uma oposição que vinha de longe e apresentava-se agora sob novas formas.

O discurso de Salazar – que analisámos, tendo em atenção o conceito de «crise» e de «crises» – faz parte integrante da realidade do Estado Novo, do seu período de apogeu e de debilidade e morte. Foram, pois, as palavras que privilegiámos neste artigo, sobre as «palavras do regime».

Outras análises foram feitas por nós e por outros historiadores às teses produzidas por Salazar e pelos salazaristas, aos documentos legais, às instituições de produção e reprodução da ideologia e às instituições repressivas do Estado Novo, tendo verificado que essas ideologias e práticas, com as suas «aparências», a sua «coerência» e as suas «contradições», também foram, obviamente, responsáveis pela sobrevivência do sistema político e pela sua queda. Esse tipo de reflexão levou-nos, por sua vez, a perguntar-nos se poderíamos ou não caracterizar o Estado Novo como fascista, totalitário, repressivo, imperialista... Mas o estudo singular do «discurso oficial», por si só, levará a este tipo de interrogação? E, no próprio tempo em que se produzia, que ideias criava? Ficava a noção clara que se opunha ao comunismo, que constituía (e ainda em certos círculos políticos constitui) um dos alvos do «sistema democrático», sobretudo se se tiver em conta que até 1953 a União Soviética foi governada por Estaline e que a «desestalinização» nunca foi completada depois da sua morte. Igualmente ficava a ideia, pela audição ou pela leitura dos discursos (traduzidos para diversas línguas), que se opunha também à democracia liberal e às suas potencialidades capitalistas, optando pelo «Estado social»,

⁵⁰ Ver *Estados Novos, Estado Novo*. Vol. I, parte I, caps. V: «Estado Novo: um totalitarismo à portuguesa?» e VI: «Estado Novo e «fascismo»».

na sua acepção corporativa, que fora a opção da hierarquia da Igreja Católica. Desta forma, apesar da densidade dos raciocínios de Salazar, a leitura dos «discursos oficiais», em Portugal e no Estrangeiro, não deixava de se tornar aliciante. E mesmo hoje isso pode suceder, quando se torna usual criticar os partidos e o neoliberalismo ou um «neoliberalismo anárquico» e se volta a erguer a ideia de austeridade, de sacrifício pela «causa nacional», quando a moralidade ataca o individualismo da política e os «privilégios dos políticos». Mesmo quando se assinala o sentido de independência manifestado por Salazar frente às pressões internacionais relativamente aos territórios coloniais ou ultramarinos, surge naturalmente uma certa tentação para simpatizar com o Estado Novo, acompanhando o renascer da nostalgia do «Império» perdido, sobretudo se se confronta, de forma simplista, a colonização portuguesa com a turbulência política de alguns países africanos ou, no caso de outros, com a sua entrada no mundo capitalista, com um enorme fosso entre os muito ricos e os muito pobres.

Este tipo de reflexão, com que iniciámos este artigo e com o qual concluímos, serve apenas para nos apercebermos do perigo das representações quando são analisadas ao sabor das circunstâncias históricas do momento. E esse perigo é ainda mais evidente se resulta de análises parciais de historiadores ou «historiógrafos», que procuram interpretar fenómenos previamente escolhidos, com um objectivo determinado e com uma escrita sedutora. Por isso, mais uma vez insistimos que o estudo da História e, no caso presente, do Estado Novo, tem de ser encarado em todas as perspectivas possíveis, pensando, objectivamente, mais nos problemas que devem ser equacionados do que nas soluções explicativas fáceis.

A análise do «discurso oficial» é, pois, só uma face da representação da realidade, cujo sentido tentámos descodificar, observando o significado de palavras e conceitos usados no tempo e que, não por fenómeno de repetição numa concepção de «história circular», mas pelo sentido de espiral que constitui o movimento da História, volta a aparecer com força no nosso vocabulário, no nosso imaginário e na nossa «realidade». Referimo-nos, como é óbvio, repetindo-nos mais uma vez, aos conceitos de «crise» e de «crises», temática que, não por acaso, constitui o tema do volume de 2010 desta revista.